

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Notas	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Petrobras recebeu manifestações de interesse por Pasadena.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Petrobrás deve vender óleo da União no pré-sal	4
VEÍCULO: Valor Econômico	4
Título: Atraso na legislação ameaça a 'reforma' do setor elétrico.....	4
Título: PPSA vai escolher agente para vender óleo do pré-sal	6
Título: Energia e transportes atraem chineses	7
Título: Governo trabalha para ter leilão de geração neste ano	8
Título: Noruega mantém otimismo com setor de óleo no Brasil.....	10
Título: Justiça mantém autuação fiscal bilionária contra a Petrobras	11
Título: Petróleo perde força apesar de novo acordo da Opep	13
Título: Minério de ferro volta a cair e atinge US\$ 57	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Notas****Feliz 2022**

Dia 8, o CNPE deve autorizar a ANP a oferecer ao mercado, a qualquer momento (independentemente de leilões), blocos em terra e mar (não tem pré-sal) devolvidos à agência. É mais um mimo às petroleiras nacionais e estrangeiras, cuja lua de mel com o governo prossegue. Até porque a turma pouca se importa com o calvário de Temer.

É que...

O setor não pensa no hoje. Quem investe agora está de olho no mercado de 2021, 2022 ou 2023, tempo necessário para fazer a produção jorrar. E a turma não quer ficar de fora da janela de oportunidade atual, traduzida na mudança de legislação e na volta dos leilões de petróleo.

Sinal dos tempos

A Petrobras convidou, pela intranet, os funcionários a se candidatarem a uma vaga de gerente executivo. Antes, era escolha política. Mas Pedro Parente exigiu, para assumir, que não houvesse mais indicação política.

Aliás...

Quem ajuda a Petrobras no combate à corrupção é o escritório Trench, Rossi e Watabe, o mesmo que está no meio de uma polêmica por ter, entre seus clientes, a JBS e contratado o ex-procurador Marcelo Miller. Só que o escritório nega que Miller “tenha participado das tratativas de colaboração premiada dos executivos da JBS”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Flavia Lima / Renata Agostini****Título: Petrobras recebeu manifestações de interesse por Pasadena**

Refinaria faz parte de programa de venda de ativos da petroleira.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou que já houve manifestações de interesse pela refinaria de Pasadena, colocada à venda pela petroleira.

"Eu mesmo recebi no meu e-mail e repassei para a área técnica", disse nesta quarta (31) após participar do Fórum de Investimentos Brasil 2017, em São Paulo.

Segundo o executivo, a sistemática de venda de Pasadena terá de ser aprovada pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Ele reafirmou que tem um compromisso com a empresa, independentemente do desenrolar da crise política que atingiu o Palácio do Planalto. "Não podemos perder o foco. Precisamos deixar a crise fora da empresa", disse.

Segundo Parente, a crise política que atingiu o governo Michel Temer após a delação da JBS não afetará o planejamento estratégico aprovado pelo conselho de administração da petroleira.

"Não temos o direito de parar o que estamos fazendo por fatores externos", disse, pontuando que os resultados operacionais estão bons, mas a dívida da estatal ainda precisa cair.

Ele lembrou que hoje a dívida bruta da empresa é de cerca de R\$ 400 bilhões - ou um montante maior do que a dívida consolidada de todos os Estados do país, com exceção de São Paulo.

Parente afirmou, ainda, que as demissões na empresa foram necessárias como parte de medidas de redução de custos em todas as áreas da empresa. "Mas quero lembrar que foi um programa de demissão voluntária".

INVESTIMENTOS

De acordo com o executivo, o programa de venda de ativos da Petrobras vai permitir que a empresa tenha mais recursos para investimento, ajudando a dinamizar a economia.

A Petrobras anunciou transações em 2015 e 2016 de US\$ 13,6 bilhões e tem um programa de mais US\$ 21 bilhões para parcerias e desinvestimentos até o fim de 2018.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Petrobrás deve vender óleo da União no pré-sal

Estatual negocia com o governo um acordo para comercializar o petróleo que cabe à União; previsão é levantar R\$ 768 milhões este ano

A Petrobrás está fechando com o governo um acordo para vender, até o fim do ano que vem, a fatia de petróleo do pré-sal que cabe à União. As negociações, hoje, abordam a remuneração da estatal. Já está definido que a petroleira assumirá o papel de comercializadora até que comece a operar a empresa que será escolhida em licitação internacional pela Pré-Sal Petróleo (PPSA).

A PPSA responde pelos interesses da União em todos os projetos de pré-sal que estão sob o regime de partilha, em que parte do petróleo produzido vai diretamente para o caixa do governo federal. A previsão para este ano é levantar R\$ 768 milhões com a venda do petróleo. Mas, esses ganhos devem crescer substancialmente a partir de 2021, quando o campo de Libra, na Bacia de Santos, entra em operação comercial, disse ao Estadão/ Broadcast o presidente da PPSA, Ibsen Flores Lima.

Por enquanto, os ganhos virão da produção ainda em fase de teste na área, prevista para começar em julho. Há ainda uma parcela de dinheiro relativa a um acerto de contas da Petrobrás com a PPSA por produções passadas nos campos de Lula e Sapinhoá, na Bacia de Santos. O processo de produção de petróleo nessas duas áreas já é pleno, mas ainda não gerou lucro para a União.

Juntos, Libra, em fase de teste, Lula e Sapinhoá devem acumular 500 mil barris, que serão comercializados pela Petrobrás, em nome do governo, a partir de outubro deste ano. A avaliação de Lima é que o petróleo de Libra pode ser vendido a um patamar de preço compatível com o Brent europeu, de boa qualidade, cotado na casa de US\$ 50, atualmente.

Mas, o valor real apenas será conhecido após o petróleo ser apresentado aos potenciais compradores e testado no mercado. “Não sabemos quanto exatamente o mercado vai pagar, o óleo precisa ser reconhecido e valorado”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt****Título: Atraso na legislação ameaça a 'reforma' do setor elétrico**

O esforço do governo em promover ampla reforma do setor elétrico poderá ser desperdiçado se as propostas de ajuste na legislação não forem enviadas logo ao

Congresso para serem aprovadas ainda em 2017. O alerta foi feito ontem por entidades e pelo Ministério de Minas e Energia. Representantes do setor consideram que o governo - apesar de enfrentar grave crise política - ainda conta com apoio suficiente para fazer passar as mudanças no Legislativo.

Durante audiência pública na Câmara dos Deputados, o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Reginaldo Medeiros, disse que a reestruturação do setor poderá ser atropelada pelas eleições se ficar para 2018. A avaliação do executivo não chega a considerar a possibilidade de reviravolta ainda maior na política com a realização de eleição antecipada, seja direta ou indireta, para escolha de novo presidente da República.

"Se não mudarmos o setor esse ano, muito dificilmente no próximo ano teremos condições de promover as alterações na lei em função do calendário eleitoral", disse o presidente da Abraceel, na audiência realizada na Comissão de Minas e Energia.

As mudanças pretendidas pelo governo passam pela retirada de subsídios cobrados nas contas de luz, pela quebra do modelo de cotas de energia fornecida por hidrelétricas antigas e pela abertura no setor com maior facilidade de migração dos consumidores para o mercado livre. Boa parte destas medidas de reestruturação estava prevista para ser publicada em medida provisória (MP), como informou o Valor no início de maio.

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, também reconheceu o risco de deixar a aprovação das medidas no Congresso para 2018. Segundo ele, a melhor estratégia seria promover os ajustes de caráter amplo na legislação ainda no segundo semestre desse ano. Isso permitiria a edição de decreto e aprovação de outras normas de regulamentação da lei no próximo ano, após concluir a discussão técnica com o setor.

"As leis hoje impedem um conjunto de coisas acontecerem no setor. Se tirarmos essa imposição legal, depois podemos discutir, no nível de decreto, como seria a implementação", afirmou Pedrosa.

Em debate sobre a abertura gradual do mercado de energia, na Comissão de Minas e Energia da Câmara, o deputado Fabio Garcia (PSB-MT), relator do projeto que trata do tema, disse que o novo modelo de comercialização trará desafios ao setor elétrico brasileiro principalmente relacionados ao financiamento de novos empreendimentos e ao risco de aumento das sobras de energia contratada pelas distribuidoras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho**Título: PPSA vai escolher agente para vender óleo do pré-sal**

A Pré-sal Petróleo (PPSA) pretende lançar, no segundo semestre, uma licitação a fim de contratar um agente para fazer a comercialização dos volumes de petróleo de propriedade da União, produzidos no pré-sal sob o regime de partilha, a partir de 2018. Enquanto isso, segundo o presidente da estatal, Ibsen Flores, a PPSA está negociando um contrato temporário com a Petrobras, para comercialização dos primeiros barris da União, já a partir deste ano.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), as receitas da União com a comercialização do petróleo dos contratos de partilha são estimadas em R\$ 768 milhões em 2017.

A intenção da PPSA é fechar contrato de três anos com o agente comercializador, válido a partir do segundo semestre de 2018. Segundo Flores, a ideia é atrair tradings (comercializadoras), associadas a empresas com infraestrutura logística, ou companhias que integrem as duas atividades. O executivo acredita que a Petrobras é uma forte candidata.

"A Petrobras poderá participar da licitação e é uma forte concorrente, porque é a empresa com maior infraestrutura logística do país. Ela tem uma vantagem competitiva", comenta Flores.

Vencerá a licitação a empresa que apresentar a menor taxa de remuneração. Pelo contrato, a trading comercializa o petróleo da União e retira, na venda, uma espécie de comissão antes de repassar as receitas ao Tesouro.

A expectativa da PPSA é que, inicialmente, as receitas da União sejam geradas a partir da comercialização do óleo dos campos de Libra (cujo teste de longa duração está o previsto para julho), Lula e Sapinhoá (ambos já em produção) e Tartaruga Verde (com produção prevista para o 4º trimestre).

Representante da União na gestão dos contratos de partilha, a PPSA vive a expectativa de um novo aporte de capital este ano. As regras das rodadas de partilha do pré-sal preveem o pagamento de bônus de R\$ 53,8 milhões à estatal.

A intenção, diz Flores, é utilizar os recursos para investimentos em tecnologia, sobretudo softwares, e na contratação de pessoal. O plano é promover um concurso público no ano que vem - ainda não há previsão de quantos funcionários de carreira seriam contratados.

O executivo destacou, ainda, que a meta da PPSA é acelerar e fechar, até outubro, os acordos de unitização dos campos de Sapinhoá e Tartaruga Verde, cujas áreas

adjacentes, pertencentes à União, serão ofertadas na 2ª rodada de partilha, no leilão das áreas unitizáveis. Flores esclareceu, no entanto, que ainda não tem previsão de quando assinará o acordo de Carcará e Gato do Mato, que também irão a leilão, mas ainda estão em fase de exploração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires e Camila Maia

Título: Energia e transportes atraem chineses

Alvo de todas as atenções no Fórum Brasil de Investimentos 2017, evento que ocorreu ontem sobre oportunidades de investimentos no país, empresas chinesas de infraestrutura de transportes e de energia disseram que pretendem ampliar os investimentos diretos no Brasil.

A China Communications Construction Co (CCCC) vislumbra ao menos três oportunidades de investimentos no Brasil, todas nas regiões Norte e Nordeste, para onde caminha o escoamento da nova fronteira agrícola.

A primeira são os terminais em Miritituba e Vila do Conde (PA). Depois, o porto do Itaqui (MA), dada a conexão com a Estrada de Ferro Carajás e a ferrovia Norte-Sul. "Vai ser um centro logístico dessa região no Brasil", disse o CEO da CCCC South America Regional Company, Lin Li. E, finalmente, o transporte fluvial de Miritituba até Vila do Conde.

A China Three Gorges (CTG) avalia participar de leilões que envolvam novos projetos em geração hídrica

A CCCC chegou ao Brasil recentemente comprando o controle do projeto de um complexo portuário multicargas a ser construído em São Luís (MA), junto com a WPR, do grupo WTorre. Recentemente, adquiriu 80% da empresa de engenharia Concremat.

Os principais interesses da CCCC no Brasil são em investimentos portuários e ferroviários. Li elogiou o recém-publicado Decreto dos Portos, que permitirá, entre outros, que empresas com contratos firmados após a Lei dos Portos de 1993 estendam o prazo de exploração para até 70 anos. Desde que haja interesse do poder público e seja descontado o período já decorrido do contrato. Hoje, os prazos podem chegar no máximo a 50 anos. O decreto também permite o adensamento de áreas contíguas. "Isso vai atrair benefícios a longo prazo para investimentos e oportunidades potenciais de incremento de capacidade", disse.

O executivo foi um dos que falaram num painel dedicado a empresas chinesas, o mais concorrido do evento.

A China Three Gorges (CTG) segue focada na consolidação dos ativos adquiridos recentemente no Brasil, que a colocaram na posição de segunda maior geradora privada do país, disse Li Yinsheng, presidente da CTG Brasil, em conversa com a imprensa durante o Fórum Brasil de Investimentos 2017.

"Tudo esta indo bem na consolidação dos ativos, mas acho que no fim do ano estaremos em melhor forma", disse Yinsheng. Segundo ele, a companhia avalia participar de leilões que envolvam novos projetos (greenfield), principalmente da fonte hídrica.

Segundo o executivo, a CTG nunca parou de avaliar oportunidades no país. "Temos uma equipe de desenvolvimento de negócios e o foco é em analisar oportunidades no mercado. Mas queremos ter os ativos adquiridos consolidados para olhar novas oportunidades depois", disse.

A preferência é por ativos "greenfield" porque isso vai permitir que a CTG utilize todo seu conhecimento nessa área, além de criar empregos e movimentar a economia local, explicou Yinsheng. Segundo ele, há espaço para contratação de projetos de hidrelétricas de médio porte.

Em relação aos ativos já em operação, a CTG será "seletiva", disse Yinsheng. Questionado se a companhia tem interesse nas usinas da Cemig ou na privatização da Cesp, ele não respondeu.

De acordo com o executivo, os desafios do investimento em infraestrutura são globais, mas há características locais que precisam ser vencidas. Entre esses, citou a necessidade de simplificação de taxas e impostos no Brasil.

O embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang, disse que a China tem intenção de investir US\$ 750 bilhões nos próximos cinco anos e que os países emergentes tornam-se cada vez mais os principais destinos de investimentos. Embora nos últimos anos o Brasil tenha passado por volatilidade política e econômica, a macroeconomia está estável e há bons sinais de recuperação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Fernanda Pires

Título: Governo trabalha para ter leilão de geração neste ano

O governo está trabalhando para realizar no mínimo um leilão de geração de energia ainda neste ano, disse ontem o ministro Fernando Coelho Filho, do Ministério de Minas e Energia (MME), depois de participar do Fórum Brasil de Investimentos 2017.

"A expansão da matriz se dará baseada nas renováveis e acontecerá ainda neste ano", disse o ministro, indicando a possibilidade de realização de um leilão de energia de reserva (LER) para contratar projetos das fontes eólica e solar. O último leilão do tipo aconteceu em 2015, e contratou menos do que o esperado pela indústria local.

Segundo o ministro, o governo segue preocupado com o custo da energia contratada no país, "mas também com a indústria de equipamentos que o Brasil construiu", disse, se referindo à cadeia de produção de fontes renováveis.

Ele disse que havia um consenso entre todos de que o ambiente no setor elétrico estava "bastante tumultuado e conflituoso". Por isso, o governo entendeu que era melhor fazer uma série de medidas para poder, dentro do "timing correto", fazer a contratação. "A gente está querendo lançar essas bases de forma bastante transparente, independentemente do governo, para que a gente tenha algo mais economicamente racional".

É o caso, por exemplo, do leilão de descontração de reserva, que vai ser realizado em agosto deste ano. Além dessa medida, o governo também está conseguindo reduzir a sobrecontratação das distribuidoras de energia por meio de renegociações bilaterais e por meio de rodadas do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Nova, que cancelou mais de 1.300 megawatts (MW) médios em contratos de forma permanente na última semana.

Também contribuem para uma expectativa de demanda por parte das distribuidoras a redução da garantia física das hidrelétricas, que tirou mais 1.300 MW médios dos sistemas. Isso abriria espaço para a realização de um leilão do tipo A-5, que contrata projetos novo de geração com entrega para cinco anos. Segundo Coelho Filho, há espaço para ser feito um do tipo ainda neste ano.

"Estamos muito animados com esses primeiros movimentos, com descontração, com revisão, vai ter o próprio leilão entre fim de julho e começo de agosto. Tudo isso vai criar o ambiente para que a gente tenha o tamanho possível de contratação no fim do ano. Acho que vai ter espaço".

O ministro, porém, destacou que não pode realizar um leilão de distribuidoras sem que tenha a declaração de demanda por parte delas. "Vamos fazer o chamamento logo mais, vamos ver qual vai ser a resposta."

Questionado se houve mudança de prioridade no setor dada a crise política que se abateu sobre o governo de Michel Temer, o ministro disse que não. Destacou que já foram feitas mudanças necessários desde 2016 para se ter o melhor resultado possível. "Vamos manter esse cronograma, evidentemente que qualquer turbulência política gera muito mais do ponto de vista dos investidores um certo receio, que estamos mitigando. O planejamento está de pé. Vamos manter o que foi comunicado."

O ministro, que vem sendo muito elogiado no setor elétrico, declarou na semana passada que vai permanecer no governo, apesar do seu partido, o PSB, ter rompido com o governo e solicitado que ele entregasse o cargo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner | De Oslo

Título: Noruega mantém otimismo com setor de óleo no Brasil

O Brasil é o segundo maior mercado da indústria marítima norueguesa e, de Oslo, as empresas do setor acompanham atentamente o noticiário brasileiro que mostra instabilidade política e regulatória. O setor vive tempos difíceis desde 2014, com o colapso dos preços do petróleo e agora começa um período de recuperação. O presidente da Associação Norueguesa de Armadores, Sturla Henriksen, lembrou que o Brasil é o principal mercado dos armadores noruegueses fora do Mar do Norte e disse ver de forma "encorajadora" o fim do monopólio da Petrobras como operadora do pré-sal e a flexibilização do conteúdo local.

Mas a maior franqueza veio do presidente do conselho de administração da Siem Industries, o norueguês Kristian Siem. Ele criticou a lentidão da Petrobras na tomada de decisões e, na presença do embaixador do Brasil na Noruega, George Monteiro da Prata, disse que o país "não tem sido fácil ultimamente", alertando para a plateia ter cuidado com o que ouve sobre o Brasil.

"O país começou como uma democracia e depois o povo elegeu criminosos", disse o executivo, observando que o grupo de empresas que ele comanda investiu "bilhões" no Brasil e criticou a demora da Petrobras, de quem se disse parceiro, de tomar decisões. "É preciso ter mais previsibilidade. E atualmente para negociar com a Petrobras são necessárias aprovações que demoram um ano. E às vezes a resposta é não", disse Siem, para quem o processo de tomada de decisões na estatal, com a participação de comitês para uma segunda opinião, atrasa o processo de decisão e "mina a eficiência" da direção executiva da companhia.

Siem Industrieis controla um grupo de empresas que inclui a Subsea7, que presta serviços para instalações marítimas no setor de óleo e gás, mas também engloba empresas de apoio marítimo.

"Acho que todo mundo concorda que as lideranças políticas no Brasil são inadequadas, e as lideranças políticas deram poder a outras lideranças políticas na Petrobras, ao invés de dar poder a lideranças empresariais, que era o que ela precisava. E essa era a situação antes", disse o empresário, depois de sua apresentação na Nor Shipping, que acontece em Oslo. "Agora vocês tem o [Pedro] Parente e ele é uma pessoa muito capaz e é uma liderança empresarial. O que precisa agora é dar poder para que ele possa comandar a organização".

O presidente Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Jorge Camargo, disse que o sucesso dos leilões de áreas de petróleo que o Brasil vai realizar este ano são "um fator crítico" para que a comunidade internacional de negócios veja o Brasil com melhores olhos. "Os leilões precisam ser bem sucedidos. Embora muito progresso tenha sido feito, não podemos achar que já fizemos tudo para restaurar a competitividade perdida pelo Brasil."

E se o IBP vê como essencial o sucesso dos leilões, a Statoil já afirma que vai ao menos tentar adquirir a área da União que excede os limites do bloco onde foi encontrado o campo de Carcará, que opera com 66% de participação. Mauro Andrade, vice-presidente da área de suprimentos da Statoil, evita falar sobre volume de investimentos no Brasil, mas não nega que a empresa possa investir perto de R\$ 40 bilhões nos próximos cinco a seis anos. A conta inclui um sistema de produção no bloco BM-C-33 e dois para Carcará, no antigo BM-S-8. "Continuamos olhando oportunidades de crescimento no Brasil."

A repórter viajou a convite da Innovation Norway

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Juliana Schincariol e Beatriz Olivon

Título: Justiça mantém autuação fiscal bilionária contra a Petrobras

A Petrobras não conseguiu na Justiça anular uma autuação fiscal bilionária decorrente de aporte feito no fundo de pensão Petros. Em recente decisão, a 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro apenas reduziu o valor cobrado pela Receita Federal, restabelecendo entendimento da primeira instância da esfera administrativa - reformado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

fiscalização autuou a Petrobras por dedução integral do aporte, no valor de R\$ 5,57 bilhões, da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A autuação, referente a 2008, é de R\$ 5,7 bilhões.

Não é possível saber o valor mantido pela decisão judicial, que permitiu a dedução de apenas uma pequena parte do aporte. Pelo entendimento do juiz da 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Firly Nascimento Filho, do valor total, R\$ 5,08 bilhões não poderiam ser abatidos do cálculo dos tributos.

O magistrado aplicou ao caso o artigo 11 da Lei nº 9.532, de 1997. O dispositivo limita o valor de despesas com contribuições para a previdência privada que podem ser deduzidos na determinação da base de cálculo dos tributos a 20% do total dos salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes da empresa, vinculados ao plano.

A estatal decidiu ir à Justiça depois de duas derrotas no Carf. Em 2014, a 1ª Turma da 1ª Câmara da 1ª Seção do órgão reformou, por meio de voto de qualidade (do presidente do colegiado), a decisão de Delegacia Regional de Julgamento (DRJ) que permitiu a dedução parcial. O entendimento foi mantido na Câmara Superior, que não aceitou o paradigma apresentado em recurso.

No recurso, a Receita Federal alegou que o aporte representaria "mera liberalidade" da Petrobras. Por isso, não seria possível sua dedução da base de cálculo dos tributos.

Em sua defesa, a Petrobras argumentou que a contribuição foi exigida no Judiciário. Por meio de uma transação judicial, a companhia assumiu a responsabilidade de realizar os aportes necessários para corrigir déficit da Petros - originado pela insuficiência dos recolhimentos normais para sua manutenção. A empresa qualificou o montante como "contribuição extraordinária à previdência privada" e efetuou a dedução.

Na decisão, o magistrado aceitou a argumentação da empresa. Para ele, o fato de o aporte financeiro ter sido consequência de processo judicial define o seu caráter de obrigação. Assim, afastou a tese da União de que a movimentação contábil teria sido "mera liberalidade".

Segundo o juiz, ainda que parte do valor do aporte seja dedutível, a integralidade não é. A decisão determina a anulação dos débitos fiscais no limite previsto no artigo 11 da Lei nº 9532, de 1997, permanecendo o que exceder.

A tese em discussão é importante para a Petrobras. A empresa indica impacto de R\$ 7,675 bilhões em processos sobre exigência de Imposto de Renda e CSLL por causa da repactuação do Plano Petros. Além do caso em questão, o documento

também indica outro processo semelhante, que aguarda julgamento no Carf e tem impacto estimado em R\$ 1,28 bilhão.

Apesar de envolver uma situação específica da Petrobras - aporte em plano de previdência privada após acordo judicial -, a decisão é um precedente importante para outras companhias, segundo o advogado Fabio Pallaretti Calcini do escritório Brasil Salomão & Matthes Advocacia. "A decisão indica até que ponto uma despesa decorrente de decisão judicial pode ser dedutível para Imposto de Renda", afirma.

Tanto a Petrobras quanto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) podem recorrer da decisão. Procurada pelo Valor, a Petrobras preferiu não comentar o assunto, por entender que se trata de decisão parcial. A PGFN informou que foi vencedora da maior parte da causa e continuará defendendo a higidez da autuação fiscal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Petróleo perde força apesar de novo acordo da Opep

Muitos agentes do mercado de petróleo argumentavam que era essencial que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e nações aliadas estendessem ao menos até março do ano que vem seus cortes de produção que começaram em janeiro, se quisessem de fato reduzir os estoques globais e ajudar a equilibrar a oferta e a demanda. O acordo foi prorrogado e, mesmo assim, os preços caíram.

Ontem, o barril do Brent terminou maio valendo US\$ 50,31, caindo 3% durante o dia na ICE Futures de Londres. O recuo durante o mês foi de 3,2%. Já o WTI de igual mês, negociado na Nymex, de Nova York, foi a US\$ 48,32 após queda de 2,7% no dia e de 2,3% no mês.

Há duas principais explicações para o movimento. A primeira é de que muitos investidores passaram, às vésperas da reunião do cartel, no dia 25, a apostar que, além da extensão, haveria aprofundamento dos cortes, o que não ocorreu. A segunda é a ameaça do xisto nos Estados Unidos.

O ritmo de aumento na produção americana de petróleo provavelmente fará com que o país supere seu próprio recorde histórico, de 10 milhões de barris diários em novembro de 1970, até o último mês deste ano, prevê a consultoria Rystad Energy.

Segundo os cálculos da consultoria, atualmente a produção americana atinge 9,4 milhões de barris por dia. A expectativa é que esse volume cresça, em média, 95 mil barris em todos os meses até que 2017 termine. Ou seja, há potencial de avanço em 665 mil barris até dezembro, ultrapassando 10 milhões de barris.

"A US\$ 50, a produção de petróleo nos EUA já sobe mais rápido do que qualquer analista do mercado tenha previsto", comenta, em nota, Bjornar Tonhaugen, vice-presidente de mercado de petróleo da Rystad. "Com isso, o otimismo inicial quanto aos cortes da Opep pode se transformar em ceticismo."

Esse avanço rápido mina os potenciais ganhos do teto produtivo da Opep e seus aliados. Nas contas da consultoria Capital Economics, estender até o primeiro trimestre do ano que vem os limites significa um déficit médio de 1 milhão de barris diários no mundo durante um ano. A rapidez do xisto americano, assim, tem de ser observada.

Segundo o alemão Commerzbank, o fato de não ter havido nenhuma adição ao volume de cortes pretendidos fez com que os investidores voltassem a apostar contra a commodity, montando posições vendidas. "A verdade é que os preços provavelmente seguirão em queda até que haja um sinal claro de diminuição dos estoques", diz o analista Eugen Weinberg, em relatório.

Passada a decisão da Opep, para Jodie Gunzberg, diretora da S&P Dow Jones Indices, atualmente EUA e China são muito mais representativos para a formação de preço do petróleo.

Ela lembra que a demanda chinesa será chave para determinar se o mercado de fato entrará em déficit para que os estoques globais sejam utilizados. Caso a valorização se torne muito aguda, o país pode até começar a usar suas próprias reservas, evitando pagar caro demais pelo barril.

Além disso, Gunzberg afirma que a China tem, no pior caso possível, condição de começar a exportar suas reservas e influenciar o preço. Por outro lado, o país tem potencial para criar um piso para a cotação, já que valores baixos demais incentivariam um aumento das reservas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Minério de ferro volta a cair e atinge US\$ 57

Maior levou embora praticamente todos os ganhos que o minério de ferro havia acumulado do quarto trimestre de 2016 para o primeiro deste ano. A contínua

expansão de oferta esperada, vinda de Brasil e Austrália, a perspectiva de esfriamento da demanda chinesa e a aposta contra no mercado futuro ajudaram a derrubar a commodity. Durante o mês, os metais não ferrosos, em sua maioria, também sofreram com a falta de confiança dos investidores.

O minério entregue no porto chinês de Qingdao fechou ontem a US\$ 57,02 por tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin", o mais baixo desde 11 de outubro, após cair 2,5% no dia. Com isso, a matéria-prima terminou o mês passado em queda de 17,1%, a mais intensa desde o mesmo período de 2016. Em um período de 30 meses, só em três oportunidades o insumo caiu tanto.

"Vários fatores não caem bem para o cenário de preço do minério de ferro atualmente", explica a consultoria Capital Economics, em relatório. "O principal deles é que os estoques em portos da China dispararam desde o começo do ano, mesmo em um momento de larga produção de aço no país. Ao mesmo tempo, o volume produzido pelas minas chinesas, também tem subido forte."

Isso se soma à evolução dos embarques dos países que mais extraem a commodity no mundo, a Austrália e o Brasil. Em abril, por exemplo, as mineradoras australianas exportaram 42,2 milhões de toneladas do produto, segundo a autoridade que administra os portos de Pilbara, próximo da marca histórica de 42,8 milhões de toneladas observada em agosto de 2016 - sendo que abril teve menos dias úteis que o normal.

Já o Brasil, nas três primeiras semanas de maio, exportou 23,2 milhões de toneladas, informou o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). Assim, por dia, o país - especialmente Vale, Anglo American e CSN Mineração - exportaram 1,66 milhão de toneladas, 24% a mais do que em abril e alta de 2% na comparação anual. No trimestre até então, o minério brasileiro valeu US\$ 58,40 por tonelada, em média. O impacto sobre as ações da Vale foi pequeno, a PNA terminou maio com queda de 1,79%.

Para a referência internacional entregue na China, de 62% de pureza, essa média encontra-se em US\$ 66. O patamar está 23% abaixo dos três primeiros meses do ano, mas ainda representa alta de 19% ante o período de abril a junho do ano passado.

Ao mesmo tempo, a atividade das siderúrgicas chinesas, as que mais consomem o insumo no planeta, pode estar próxima de perder sua força. Até agora, a China bateu dois recordes seguidos de produção de aço, em abril e maio, mas com as iniciativas do governo de enxugar crédito e reduzir os gastos públicos, analistas creem que o cenário está com os dias contados.

"No médio ao longo prazo, o peso da dívida pública pode limitar a habilidade governamental em estimular a economia via investimentos em infraestrutura", diz o analista Carsten Menke, do banco Julius Baer, em relatório.

Essa mesma perspectiva de redução do investimento público pesa sobre as projeções para os metais não ferrosos. A China também é a maior formadora de preço internacional do cobre, do alumínio e do níquel.

Na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), os contratos futuros de três meses do alumínio caíram 0,5% em maio, para US\$ 1.929 por tonelada, enquanto o cobre recuou 1%, para US\$ 5.681, e o níquel também teve queda de 1%, para US\$ 8.970.

Para o Commerzbank, a maior parte dos metais sofrerá com sobreoferta, em meio à redução do gasto em infraestrutura na China.

MME / ASCOM .